

**DA MORAL NA LINGUAGEM: PELA
CONSTRUÇÃO DE UMA LINGÜÍSTICA
SIMÉTRICA OU UMA FILOSOFIA DO DISCURSO**

PAVEAU, Marie-Anne. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad.: Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 392p.

O livro “Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas”, de autoria de Marie-Anne Paveau, traz uma ampla reflexão sobre a questão moral e a linguagem. Qual a natureza da relação entre moral e linguagem? Durante toda a obra, a autora mostra que as questões de ética, que ela toma como sinônimo de moral, não dizem respeito às ciências da linguagem, seja no âmbito do estudo da língua ou de análises textuais e discursivas. “A questão da moralidade das palavras ou do discurso não pertence ao programa da linguística”, afirma Marie-Anne Paveau ainda na introdução do livro, ancorando-se em C. Kerbrat-Orecchioni, mais especificamente referindo-se ao seu trabalho sobre a mentira e a má-fé, para reforçar o fato de que “a questão ética causa *embaraço* à linguística”. Referindo-se às críticas feitas por linguistas “defensores da ‘neutralidade estruturalista’” à dimensão axiológica da linguagem, que Marie-Anne Paveau desenvolve mais detidamente no capítulo três, entende serem elas apenas de cunho metodológico e político, porém, sem nenhuma contra-análise como é o caso da crítica de J.-P. Kaminker ao trabalho sobre a má-fé de C. Kerbrat-Orecchioni. Para Marie-Anne Paveau, a má-fé é um ponto de ligação entre ética e linguística, entre virtude e linguagem. E C. Kerbrat-Orecchioni é a única linguista que fala dessa questão de maneira explícita.

Para a autora de “Linguagem e Moral”, apesar de a linguística, hoje, levar em conta em suas análises científicos setores como as emoções, as (inter)subjetividades e o extralinguístico, o que se deve aos avanços na pesquisa linguística, e, mais especificamente aos avanços das ciências cognitivas e neurociências, “as normas de cientificidade da linguística não parecem ter mudado muito”: “parece

que o ‘retorno do axiológico’ indicado como ameaça à neutralidade linguística é um tanto quanto ilusório, pois os trabalhos que integram as questões do valor, da moral ou mesmo da valoração dos discursos não são numerosos e pouco abalaram desde os anos 1970 o predomínio institucional dos setores da linguística que falam em nome da objetividade atribuída à abordagem saussuriana” (p.20).

Ao mesmo tempo em que essa constituição disciplinar da linguística parece ser um impedimento para que a questão ética seja formulada, o que já a coloca de início como uma questão impertinente, é justamente ela que leva Marie-Anne Paveau a empreender todo um trabalho epistemológico e interdisciplinar para forçar esses limites da própria constituição disciplinar da linguística, que a encerram em si mesma.

Em um trabalho desenvolvido anteriormente (2007, 2009), Marie-Anne Paveau já trazia em sua reflexão a questão ética em linguística ao se interrogar “até que ponto a ética do discurso científico era uma preocupação ausente na maioria dos linguistas” (p.21). Para a autora, uma questão como a “deformação das teorias” justificaria uma interrogação ética. A noção de verdade científica, menos frequente como questão nas disciplinas das ciências humanas, também seria uma justificativa.

Nesse sentido, a autora traz “os ambientes atuais de pesquisa”, como a Internet, que, segundo ela, colocam fortemente a discussão sobre a validade científica.

Marie-Anne Paveau afirma que foi a questão da memória e da *desmemória* discursiva, noção que ela formula já no livro *Os Pré-discursos* (2006), traduzido no Brasil em 2013, que a levou para o campo da moral da fala. Para a autora, os pré-discursos são “valores e conhecimentos compartilhados”. É daí que ela faz sua indagação ética à linguística: “Haverá bons enunciados no sentido moral do termo? Se sim, o que é então um enunciado passível de receber um juízo de valor moral? E como o valor moral se manifesta linguisticamente falando?” (p.24)

A obra “Linguagem e Moral” vai propor, justamente, responder a essas questões a partir da noção de *virtude discursiva*. Essa noção “funciona no âmago de uma ética dos valores e supõe uma negociação intersubjetiva no interior de dado grupo ou dada sociedade” (p.26).

A partir dessa introdução, a obra resenhada se apresenta trazendo em seu primeiro capítulo, intitulado “Fazer a indagação moral à linguagem”, uma descrição do contexto teórico e epistemológico da reflexão, que se dá no encontro da teoria do discurso, da cognição social e da filosofia moral e do conhecimento.

A primeira entrada nesse percurso teórico-epistemológico que é minuciosamente produzido nesse capítulo, consiste no exame dos empregos das palavras *moral* e *ética*. Há estudos que apontam para diferentes significados dessas palavras, sendo que *moral* seria normativa e prática e a *ética* descritiva e analítica (p.30), outros que, ao contrário, apontam para uma relação sinonímica entre elas, embora com uma diferença em seu emprego, como mostra o texto da introdução do *Dictionnaire d'éthique et de philosophie moral*, de M. Canto-Sperber, citado por Marie-Anne Paveau. No mesmo dicionário, a autora também examina o verbete *Ética*, formulado por P. Ricoeur, no qual o autor considera que as normas se constituiriam no campo da moral. A *ética*, por sua vez, seria anterior às normas. “A *ética* anterior, é a *ética* fundamental; a *ética* posterior consiste em *éticas* aplicadas”, recapitula Paveau (p.31).

Também em filosofia moral e analítica, segundo a autora, *moral* e *ética* tendem a serem usados como sinônimos, já em linguística, essa alternância dos termos não é comum, predominando o uso da palavra *ética*.

Mas é na explicação de R. Ogien, na obra *L'éthique aujourd'hui: Maximalistes et minimalistes*, que Marie-Anne Paveau sustenta sua escolha pelo uso indiferenciado de *ética* e *moral*, optando, porém, por usar principalmente *moral*, já que *ética* é usado predominantemente em linguística, mas é sobre “os dados axiológicos considerados subjetivos e não mensuráveis” que incide seu trabalho para mostrar que, contrariamente a essa posição esses dados podem ser integrados na análise linguística.

Para definir *moral*, é a noção de virtude que ela vai levar às últimas consequências. Das três grandes correntes em filosofia moral apontadas por Marie-Anne Paveau como aquelas que dão respostas à questão moral – o deontologismo, o consequencialismo e a *ética* das virtudes (à qual ela acrescenta a *ética* do cuidado), é a noção de virtude que a autora escolhe para definir *moral*. Em suas palavras “é

moral aquilo que diga respeito à virtude dos agentes” (p.34). A partir daí Paveau vai propor sua teoria da virtude discursiva.

Para começar a propor um programa disciplinar em linguística que contemple a moral, Marie-Anne Paveau propõe observar aquilo que chama de indicadores éticos, forma na qual a moral está presente nas práticas linguísticas, esses indicadores constituem a dimensão ética dos discursos, como parte integrante de sua produção e recepção. A autora considera indicadores para que se leve em conta a dimensão ética na linguística: as avaliações morais metadiscursivas, a existência de categorias linguísticas “éticas”, a instabilidade semântica das palavras da língua e a parcela axiológica das ciências humanas (p.45).

Não é sem a exigência de uma revisão do regime epistemológico em linguística que esses parâmetros éticos podem ser levados em conta. É a essa revisão epistemológica que a obra “Linguagem e Moral” se dedica, propondo uma filosofia do discurso, que Marie-Anne Paveau define ao longo do livro, mas que encontra já uma primeira formulação no primeiro capítulo, como sendo “uma abordagem das produções languageiras, baseada em hipóteses de ordem filosófica: o falante é considerado também um agente moral, psíquico e acional, e os dados languageiros em contexto são examinados a partir de uma concepção filosófica da relação entre linguagem, mundo e espírito” (p.49).

A partir dessa abordagem, a autora se dedica à três postulados do pragmatismo que são alvo de sua atenção e que ela vai buscar integrar na análise cognitiva do discurso que propõe: a recusa ao dualismo, o realismo e a primazia da prática, para propor o que chama de uma linguística simétrica, “na esteira de B. Latour e de sua ‘antropologia simétrica’, compartilhando seu desejo de modificar sua disciplina (p.52). Essa modificação da disciplina, no caso, a linguística, corresponderia a uma renovação de seu corpo teórico e de sua dimensão discursiva, da qual o conceito de virtude discursiva faria parte.

Para tanto, Marie-Anne Paveau parte das propostas da cognição social para repensar contexto como ambiente cognitivo; descrever o âmbito da linguagem como um composto heterogêneo, em que fazem parte da linguagem o social, cultural, histórico, ético, mas também técnico, objeto e até animal etc. (p.52).

A linguística simétrica, nesse sentido, “não é uma linguística das marcas, mas uma reflexão sobre a maneira como a língua e o discurso são integrados num processo global de produção de sentido” (p.53). Não é uma linguística das marcas uma vez que não são as marcas puramente languageiras que permitirão “levantar a hipótese de uma relação entre ética e linguística”, mas “elementos externos à materialidade languageira”, o que a autora considera como “ambiente cognitivo”. A noção de virtude discursiva seria um conceito mediador da elaboração do elo entre linguagem e virtude.

As noções de confiança e deferência, que a autora aborda e explora amplamente no capítulo dois vão mobilizar, para ela, o elo entre linguagem e ética. Ela afirma que embora não se situem no campo da filosofia moral, se prestam a esse tipo de investigação. Eles darão, portanto, contribuições para elaboração de uma filosofia moral do discurso, proposta pela autora (p.73). A elaboração dessa filosofia moral do discurso consideraria a linguagem em sua materialidade e a moral como parte de sua reflexão, uma vez que a filosofia moral quando aborda a linguagem “fica no nível das proposições, do raciocínio e da descrição exterior dos comportamentos languageiros”, e a linguística quando aborda a moral “se detém [apenas] em considerações enunciativas”.

Isso se deve à constituição histórica e institucional da linguística como disciplina, que no modo de constituição de seu campo estabeleceu uma fronteira estanque entre o linguístico e o extralinguístico. Integrar a questão ética na análise linguística, demandaria, portanto, uma abordagem que tome os usos sociais da língua, a saber, nas palavras da autora: “o discurso, integrando os contextos de produção e as subjetividades de diferentes ordens que regem sua elaboração” (p. 83). Abalar a fé na exatidão e na justeza da relação entre signo e referente, diz Marie-Anne Paveau, partindo do relato de um exemplo de um caso pessoal, ocorrido na ocasião de sua participação em uma mesa-redonda na Radio France Internationale, sobre o uso das palavras no conflito israelo-palestino. Nessa intervenção, Marie-Anne Paveau mostrava que palavras como *colono*, *colônia*, *ocupação*, *territórios ocupados* etc. significam diferentemente de acordo com a posição e as condições sócio-

históricas daqueles que as escolhem e também daqueles que as recebem.

O que Marie-Anne Paveau concebe em seu livro como uma concepção simétrica da linguística não diz respeito a uma concepção binária da *língua* versus *discurso*, o que, para ela restringiria as possibilidades da análise linguística e tornaria de fato difícil conceber a presença de marcadores éticos na língua. Uma concepção simétrica, ao contrário, permitiria articular linguagem e moral, uma vez que implica um *continuum* entre a língua e o mundo.

A autora mostra que em sociolinguística a questão ética está presente, de modo embrionário, no estudo da variação e das normas. No entanto, em suas pesquisas, a dimensão moral como verdadeira dimensão da língua ou do discurso mostrou-se quase inexistente, mesmo nas referências nas quais as palavras *ética* ou *moral* estiveram presentes. Segundo Paveau, as propostas de B. Gardin foram as que mais se dirigiram à articulação entre linguagem e moral. É, para ela, o único linguista que empregou o termo *moral*. Ainda assim, os estudos do autor ficam circunscritos, na análise de Paveau, a uma problemática “puramente” (sócio)linguística, na qual a dimensão moral não é explorada como tal. Para Marie-Anne Paveau, falta aí uma concepção da moral articulada à linguagem, bem como falta uma epistemologia e uma psicologia.

A questão da ética está presente em linguística no campo da psicolinguística, sociolinguística, dialetologia e antropologia linguística, referindo-se principalmente à coleta de dados em trabalhos de campo, mas, ao menos na França, essa questão não é tratada de maneira direta e sistemática.

No campo da pragmática, para a autora, há algumas abordagens nas quais a dimensão ética aparece. Nessa perspectiva, a autora traz a crítica de E. Danblom, que diz respeito à dimensão ética, a respeito do modelo universal de P. Grice, em “Lógica e conversação, artigo no qual propõe as “leis do discurso” refinadas a partir das quatro máximas conversacionais. Para E. Danblom, justamente, o estatuto ambíguo dessas máximas, entre o que ela chama de “imperativos” e “normas reguladoras”, cria um problema de interpretação no nível cognitivo. Marie-Anne Paveau também traz a crítica de S. Auroux ao sistema de P. Grice, que traz em seu bojo a questão cultural.

Para Paveau, o modelo de P. Grice das leis do discurso é “prescritivo demais, insuficientemente cognitivo e não cultural, ele se baseia na imagem de uma comunicação ideal amplamente desconectada da práxis situada” (p.113). A dimensão ética, por sua vez, residiria na “articulação entre os enunciados e os comportamentos do mundo real”.

Sobre a retórica, Paveau afirma que esta contém “naturalmente” uma interrogação ética, porém, segundo ela, esta teoria não deu ensejo a um programa teórico verdadeiro centrado nessa questão. Desse modo, a ética é uma questão diluída e sem consistência teórica no âmbito da retórica. A noção de *ethos* articula linguagem e virtude, mas não poderia ser considerada fundadora de uma ética discursiva, por ser uma noção restritiva, no sentido de que visa a eficácia da produção verbal, oratória, e está centrada na figura do falante e numa linearidade da comunicação, não considerando o destinatário e a circulação social dos enunciados, o que, na perspectiva da linguística simétrica, proposta por Marie-Anne Paveau é fundamental.

Marie-Anne Paveau segue sua empreitada examinando os trabalhos de R. Koren, que adota a expressão *ética do discurso* a partir da Nova Retórica, porém, não considera sua elaboração uma verdadeira articulação entre ética e linguística, por entender que essa articulação demandaria, no mínimo, a proposição de uma concepção de ética, a partir de uma teoria da ética.

Ainda nessa construção de uma teoria ética para a linguística, Marie-Anne Paveau, desenvolve, no capítulo quarto, um trabalho sobre as diferentes éticas espontâneas referentes às produções languageiras, ou o que ela chamaria de *folk discourse ethics*, na esteira de *folk linguistics* ou *folk psychology*. Para tanto, desenvolve análises em torno da questão da blasfêmia e da mentira. No que se refere à blasfêmia e afirmações antirreligiosas, a autora afirma que uma ética da linguagem só poderá basear-se na análise dos ambientes, nos contextos de produção dos enunciados, dos pré-discursos e dos panos de fundos culturais. Ou seja, “nos metadiscursos produzidos por ocasião de debates éticos” (p.137).

Marie-Anne Paveau vai adensando suas análises trazendo a questão das normas jurídicas que “regulamentam a fala”, as quais ela classifica em três categorias: 1) textos relativos aos direitos humanos; 2) lei da

imprensa de 1881 e seus numerosos acréscimos até a atualidade; 3) textos relativos aos atentados à nação e à paz pública que figuram no Código Penal francês (p.143).

A autora vai desenvolver também a análise do que ela chama de normas sociais (de polidez e de linguagem), e as sociopolíticas (politicamente correto, tabus, censura), que, segundo ela, são menos explícitas que as normas religiosas e jurídicas.

Todas essas análises vão dirigindo o leitor para uma teoria das virtudes discursivas, que ela desenvolve no capítulo cinco.

O conceito de *virtude discursiva* que Paveau elabora a partir da noção de *virtude intelectual* ou *epistêmica* ou mesmo *cognitiva*, proposta pela corrente da epistemologia das virtudes, da qual ela aponta como melhor representante J. Greco (p.203), é uma maneira de integrar o ético no linguístico. Essa noção começa a ser formulada a partir de cinco enunciados (p.186) que implicam uma questão moral, em diferentes graus e segundo os ambientes de cada um: 1) o caso Bill Clinton e Monica Lewinsky, em 1998, quando o presidente dos Estados Unidos declara não ter tido relação sexuais com a jovem. 2) A menção BBR, “*bleu, blanc, rouge*”, considerada discriminatória pela Corte de Apelação de Paris, nas instruções de recrutamento de moças para demonstrações dos laboratórios Garnier, em grandes lojas, feita pela empresa francesa Districom, em 2000, na formulação: “jovem(ns) de 18 a 22 anos, manequim máximo 40, BBR”. 3) A declaração de Didier Lombard, presidente da France Telecom, no programa *Arrêt sur image*, em 2009, que utilizou a expressão *moda do suicídio*, para se referir aos numerosos suicídios em sua empresa. 4) O texto do estudante de 13 anos, do colégio Pont-à-Mousson, que escreveu em sua lição “O suicídio armênio foi *merecido*”. 5) E os enunciados de uma reação indignada de um professor encarregado de avaliar propostas para um congresso.

Ao introduzir a análise dos enunciados em questão, a autora destaca que é preciso refletir sobre as implicações quanto à validade dessa avaliação. Sua questão a partir desses enunciados é questionar o motivo pelo qual eles parecem inaceitáveis. Para Marie-Anne Paveau não é suficiente recorrer à tradicional distinção entre o linguístico e extralinguístico, solução comumente dada pelo grupo de linguistas que a autora chama linguistas sociais (análise do discurso, pragmática,

sociolinguística), uma vez que, segundo a abordagem feita por essas teorias, a integração do contexto no material de linguagem raramente é pensada.

Faço aqui uma observação para mostrar que a análise de discurso brasileira há muito tem insistido sobre o fato de que o contexto não é um mero apêndice no processo de significação. Os trabalhos de Eni Orlandi (1996, 2001) mostram isso com clareza ao falar da exterioridade constitutiva, mas penso que é, sobretudo a noção de “forma material”, (ORLANDI, 1995, 1996, 2001, 2004), segundo a qual “o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (1996, p.49), que o deslocamento da noção de contexto tal como é pensado na linguística textual, sociolinguística, pragmática etc., para as quais, de fato, o contexto é exterior ao enunciado, é tomado no campo epistemológico da análise de discurso a partir da relação de entremeio que essa disciplina estabelece com outros campos do saber. A noção de entremeio propõe, justamente, uma relação não binária entre esses diferentes campos, tal como propõe Marie-Anne Paveau ao falar de um “tratamento integrador da produção dos enunciados”, ou de um *continuum*, seguindo os caminhos do que ela chama de uma abordagem “simétrica” das produções languageiras. Segundo Paveau, a noção de contexto, tal como se apresenta em linguística texto-discurso, não estaria apta a receber uma dimensão externalista. “O externalismo é a posição, defendida em filosofia e em ciências cognitivas, que concebe a mente como exterior aos indivíduos”. A autora adota um externalismo moderado para o qual a mente está ao mesmo tempo em nossa cabeça e fora dela.

Marie-Anne Paveau toma como procedimento em sua pesquisa, para chegar a uma filosofia discursiva, a proposição de uma “organização epistemológica das propostas da linguística, que consiste em incorporar uma reflexão filosófica que trata dos ambientes da produção verbal” (p.187).

A filosofia do discurso se constitui com base em filosofia da linguagem, porém, não se confunde com ela, uma vez que “a primeira trata das produções discursivas, portanto dos dados empíricos em contexto”. A filosofia do discurso privilegia a abordagem filosófica do realismo, numa versão pragmatista. “A filosofia do discurso, portanto,

reflete especialmente sobre os seguintes problemas: o “lugar”, em sentido próprio, da linguagem entre mente e mundo, os modos de produção dos enunciados situados no ambiente dos agentes, o lugar dos agentes-falantes em seu ambiente cognitivo e a natureza das produções de linguagem implicada pelas escolhas anteriores” (p.188).

Nessa perspectiva, pensando o contínuo entre linguagem e seus exteriores, a noção de ambiente cognitivo, seria bastante enriquecedora à noção de contexto, permitindo (re)pensá-lo como interno à consciência. O ambiente cognitivo considera como construção conjunta dos enunciados: os agentes humanos, mas também os não humanos de linguagem, que podem ser as tecnologias linguísticas e discursivas, os pré-discursos e o conjunto dos dados culturais, sociais, históricos, institucionais e morais.

Para Paveau, pensar esse contínuo mente-mundo e linguagem-mundo, implica pensar “que o sentido não é referencial, e que a materialidade languageira e discursiva não é puramente intelectual, mas constituída por realidades de nosso ambiente” (p.194). Nesse sentido a autora afirma que, para ela “a ética se co-constrói no ambiente, e não é imposta de fora” (p.196).

Daí a noção de virtude discursiva permitir integrar o ético no linguístico. Todos esses deslocamentos vão permitindo à autora formular a questão ética para a linguística, em especial, a do discurso.

Nessa direção, define ainda, o que ela chama de discurso *virtuoso*, que seria um “discurso *ajustado* aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes” (p.214). Três elementos são levados em conta na concepção desse ajuste, são eles: os agentes e suas relações, o mundo e o conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades. Como exemplo do que seria um discurso não virtuoso ou não ajustado, retoma os exemplos anteriores: o do jovem estudante ao afirmar que “O suicídio armênio foi *merecido*” seria uma frase *desajustada* em relação a dois elementos que dizem respeito ao ajuste: o das relações entre os agentes e o da memória discursiva sobre genocídio. Já a afirmação de Clinton estaria desajustada na realidade do mundo e na sua trama discursiva.

Nesse íterim, a virtude discursiva, é definida por Marie-Anne Paveau “como uma disposição do agente-falante para produzir

enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história” (p.216).

Para aprofundar ainda a noção de virtude discursiva, Marie-Anne Paveau descreve três propriedades: 1) sua *existência*, para dizer que a virtude discursiva existe nos âmbitos cognitivos, apoiada nos valores que têm existência objetiva, manifestando-se naquilo que a autora chama de “acontecimentos discursivos morais”; 2) sua *disposição reflexiva*, que consistiria no exercício da reflexividade dos agentes-falantes, que avaliam suas falas e os efeitos que elas podem produzir; 3) sua *plasticidade axiológica*, que se refere à plasticidade dos valores, que são modificáveis e adaptáveis. Um enunciado não virtuoso, por exemplo, pode se transformar num enunciado virtuoso.

Segundo Paveau, as maiores críticas ao conceito de virtude discursiva e à integração entre moral e linguísticas podem ser motivadas pelas seguintes questões: como integrar a virtude discursiva à metodologia da linguística do discurso? Como torná-lo um conceito que possibilitará elaborar um *corpus* e construir observáveis? Que tipos de enunciados destacar? Como se manifesta a virtude discursiva em discursos, ou mesmo em língua? Haverá marcadores languageiros de eticidade? (p.222)

No decorrer dos capítulos que compõem a obra “Moral e Linguagem”, a autora vai ressaltando as marcas possíveis para tratar dessa dimensão moral no discurso, entre elas, elenca e explicita a *arbitrariedade do signo*, o *evidencial*, a *deformação morfológica* das blasfêmias, a *redenominação* no âmbito do politicamente correto, por exemplo, o *discurso epidíctico* (*elogio e reprovação*).

A autora ressalta que essas não são marcas estáveis, mas, sim, marcas que “mostram seu potencial ético nos ambientes nos quais aparecem. Se existem marcadores de eticidade, estes estão distribuídos entre os agentes do ambiente e não se fixam obrigatoriamente nas materialidades languageiras. Manifestam-se no essencial como *efeitos* dos discursos, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados” (p.223-224).

Tomando por base as noções de *memória discursiva*, *ajuste* do discurso ao estado do mundo e *decência discursiva*, Marie-Anne

Paveau descreve como a virtude discursiva se manifesta nas *disposições* dos agentes em relação ao discurso co-construído no ambiente.

A autora vai reivindicar, no âmbito dessas noções, a dimensão moral e as propriedades éticas do *sentido*, das palavras em discurso, questão que, para ela, não foi incorporada por nenhuma das diversas tradições da análise do discurso.

Baseada na reflexão de R. Robin (2001) sobre a Berlim, pós queda do muro, no qual a autora propõe o conceito de “desmemória”, Paveau, já em seu livro “Os Pré-discursos” propõe a noção de “desmemória discursiva”, que ela retoma em “Linguagem e Moral”. Por “desmemória discursiva” chama um “conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a *revisão* das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos de tecnologia discursiva” (p. 237). A autora explica que *revisão*, aí, distingue desmemória de uma outra relação com a memória que ela chama de *amemória*, que designa um *apagamento*, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo. A autora elenca duas razões que a levam a apresentar a categoria de amemória: a primeira delas, seria o desejo de fazer, em linguística, um deslocamento do fenômeno da denegação (psicanálise), não no sentido de transportá-lo, já que isso não seria possível em razão das duas disciplinas terem bases teóricas distintas, mas no sentido de fazer da denegação um conceito em funcionamento com os aparatos próprios à linguística. A segunda razão, são os “numerosos fenômenos de apagamento da memória discursiva, que se baseiam em algo de particular que não é do âmbito do esquecimento, no sentido corrente do termo” (p.238).

Para Paveau, as noções de memória discursiva, desmemória discursiva e amemória, contemplam a dimensão ética e podem ser mobilizadas nas análises de discurso que desejem incorporar essa dimensão. A autora explica que “se o discurso virtuoso se define, entre outras coisas, por um ajuste às memórias discursivas em ação no tecido das sociedades, é preciso definir as formas de desajuste avaliando precisamente a relação entre os discursos e a memória: um fenômeno de amemória ou de desmemória não é obrigatoriamente uma ruptura no ajuste, mas, ao contrário, pode ser um fator dele”

(p.241). A autora vai desenvolver essa questão a partir da análise de alguns fenômenos léxico-semânticos sobre o ajuste à memória, que fazem parte do tema do “abuso das palavras”, tratando suas heranças contemporâneas da filosofia antiga.

Paveau finaliza esse capítulo sexto trazendo uma importante reflexão sobre as formas de esquecimento ou erros pertinentes à desmemória científica. A autora questiona, como interpretar fenômenos como extração ou reinvenção de conceitos? Seriam eles fenômenos epistêmicos normais ou teria aí implicada uma questão ética?

A autora traz o exemplo do interdiscurso, noção elaborada por M. Pêcheux no âmbito da análise de discurso, nos anos 70, tal como mostra a breve história epistêmica do conceito, que Marie-Anne Paveau formula de maneira muito clara, mostrando o ponto em que, nessa história, a própria noção fica “sem paternidade”, ponto exato que produz os fenômenos de desmemória. Num ir-e-vir entre “França-Canadá-França, acompanhado por um deslocamento cronológico de M. Pêcheux a M. Bakhtin e pela substituição de M. Pêcheux por M. Foucault. Nesse triplo deslocamento, o autor da noção [M. Pêcheux] desapareceu e, com ele, o sistema nocional no qual funciona o interdiscurso, constituído pela tríade interdiscurso-intradiscurso-pré-construído, da formação discursiva e do discurso transversal” (p.269-270).

Segundo Paveau, atualmente, apenas P. Macherey, que é filósofo, conserva a proposta de M. Pêcheux ancorada no marxismo e na psicanálise.

Acrescento que, no Brasil, a análise de discurso ligada aos trabalhos do grupo que se formou em todo país a partir de Eni Orlandi e outros pesquisadores, mantém a perspectiva materialista dessa disciplina, portanto, trabalham o interdiscurso de acordo com a proposta de M. Pêcheux, tendo o marxismo e a psicanálise como disciplinas de entremeio, conforme explicitarei anteriormente.

Creio que seja pertinente aqui fazer referência ao trabalho recentemente desenvolvido por Eni Orlandi (2012), no qual a autora trata justamente do apagamento do político na ciência, trabalhando noções como a da fragmentação, diluição, indistinção e revisionismo, de modo muito próximo ao que Marie-Anne Paveau trata, em seu livro

como desmemória-epistêmico-éticas, fenômenos, para ela, construídos discursivamente, possibilitando, assim, falar em desmemória discursiva.

Para Paveau, existem várias configurações possíveis de desmemória científica, das quais ela menciona três, descrevendo-as a partir da análise da noção de interdiscurso. A primeira dessas configurações é a *projeção retrospectiva*, segundo a qual ocorre uma extração epistêmica e uma projeção retrospectiva da noção de interdiscurso, por exemplo, sobre o dialogismo que “nos volta portanto ‘bakhtinizado’”, formulado em termos de intertexto. Atribuir a noção de interdiscurso a Bakhtin seria da ordem de uma extração epistêmica. Nas palavras da própria autora: “a memória é reconstruída, e o sentido da história é invertido pela retrospectão, procedimento este frequente da memória em geral: o interdiscurso é visto como derivado do dialogismo, filiação contradita pela realidade cronológica, que data bem o interdiscurso de Pêcheux, Culioli e Fuchs, 1969-1970, numa tradição althussero-lacaniana” (p.272).

A segunda configuração da desmemória científica citada por Paveau é a *reatribuição*. Um exemplo de reatribuição, ainda seguindo com o exemplo da noção de interdiscurso, é a reatribuição da paternidade (adotiva) de M. Foucault ao interdiscurso, e também da noção de formação discursiva, presente tanto em Foucault quanto em Pêcheux. “Associada à formação discursiva, a noção de interdiscurso é muitas vezes “foucaultizada”.

A terceira configuração da desmemória científica é a *assimilação analógica*. Paveau traz como exemplo a frequente assimilação da noção de “intertexto” à de interdiscurso, citando os trabalhos canadenses de sociocrítica, que, segundo a autora são elaborados a partir do conteúdo nocional de intertextualidade literária (Kristeva). Como exemplo dessa assimilação, Paveau cita duas afirmações de Amossy (2000).

No capítulo sétimo do livro “Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas”, Marie-Anne Paveau vai trabalhar sobre como os enunciados podem ser considerados virtuosos ou não, segundo seu grau de ajuste à realidade. Para tanto, vai trabalhar conceitos que giram em torno da noção de verdade, como exatidão, sinceridade, aceitabilidade, credibilidade, objetividade.

Por fim, no último capítulo, a autora dá continuidade à sua exploração da noção de *virtude discursiva* analisando o princípio de “decência discursiva”, partindo do trabalho de A. Margalit em *La société décente*. Neste capítulo também, a autora vai tratar dos “dispositivos tecnodiscursivos” que ela considera estarem longe de ser apenas suportes técnicos dos discursos, mas constitutivos mesmo desses discursos. A noção de autor *on-line*, por exemplo, é trazida pela autora do livro, mostrando que há modificações importantes nessa noção se pensarmos propriedade e autor individual de outra maneira, por exemplo, em termos de compartilhamento, o que, segundo a autora, é um dos fatores do que ela chama “escrituralidade na Internet”.

O livro “Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas” traz uma reflexão ampla e um panorama científico contemporâneo que aponta para uma diferença do panorama vigente nos primórdios das disciplinas do discurso, do texto e da interação na França nos anos 70, o que leva a autora a propor importantes ressalvas sobre esses campos teóricos, tanto no que diz respeito aos seus pressupostos epistemológicos quanto aos seus aparatos teóricos. É isso de fato que Marie-Anne Paveau faz no livro, apontando caminhos e formulando a partir de uma linguística simétrica, uma filosofia do discurso.

Cristiane Dias
Labeurb/Nudecri-Unicamp

Referências bibliográficas:

- ORLANDI, E. (2012). “Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso - fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo”. In: _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes. p.13-35.
- _____. (2004). *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (1999). “No limiar da cidade”. In. *Rua*. Número Especial. Julho.
- _____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Cortez, 2ª ed

PAVEAU, M-A. (2015). *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad.: Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____. (2013). *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Trad.: Greciely da Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes.